



## **Moção do I Simpósio de Manejo de Bacias Hidrográficas e Mudanças Climáticas**

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Comitesinos organizou, junto à Unisinos e ao Movimento Roessler em Defesa Ambiental, o I Simpósio de Manejo de Bacias Hidrográficas e Mudanças Climáticas, realizado de 10 a 13 de abril de 2023 em comemoração aos seus 35 anos. O evento debateu temas atuais relacionados aos comitês de bacia e aspectos relevantes das mudanças climáticas e suas interferências tanto no equilíbrio do ambiente quanto na gestão de recursos hídricos.

A partir das diferentes opiniões de profissionais e da sociedade, elaborou-se um compilado com as principais pautas e proposições comuns que encaminhamos aos gestores de recursos hídricos das esferas municipais, estadual e federal.

### **Mudanças Climáticas**

As mudanças climáticas têm causado alterações significativas no regime de chuvas, na qualidade e quantidade dos recursos hídricos e na biodiversidade das bacias hidrográficas. Estas mudanças, por sua vez, impactam negativamente a produção de alimentos, o fornecimento de água potável e a geração de energia, afetando diretamente a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, o manejo integrado das bacias hidrográficas surge como importante ferramenta para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promove a gestão sustentável dos recursos hídricos. O manejo integrado considera a interação entre as atividades econômicas, o uso da água e o meio ambiente, buscando a conservação do solo e da água e a adaptação às mudanças climáticas.

### **Eutrofização e Abatimento de Carga**

A eutrofização é o processo de enriquecimento de corpos d'água por nutrientes, como o nitrogênio e o fósforo, que favorecem o crescimento excessivo de algas, em especial as cianobactérias, dentre as quais algumas



espécies produzem cianotoxinas que afetam a saúde humana, e plantas aquáticas, que promovem a cobertura da lâmina da água, obstruindo canais fluviais, produzindo altas taxas de detritos e diminuindo o oxigênio dissolvido. Este processo pode ser natural, mas é na maioria das vezes de origem antrópica, devido ao lançamento de cargas orgânicas *in natura* nas águas superficiais. Esse crescimento excessivo, por sua vez, compromete negativamente a qualidade da água para o consumo humano, animal e manutenção da biodiversidade, sendo necessário o abatimento de carga, em especial a redução de nutrientes fósforo e nitrogênio

A solução para o problema da eutrofização é o abatimento das cargas orgânicas, de origem rural, urbana, assim como industrial. Por isso, é fundamental o monitoramento das cargas, e não apenas o monitoramento clássico de concentrações de poluentes, para que se possa prospectar soluções, dimensionar investimentos e propor estratégias de tratamento, as quais dependem de recursos financeiros, com a análise e o suporte de especialistas em recursos hídricos e saneamento ambiental.

### **Pesquisa científica na bacia**

Considerando a importância da pesquisa científica para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento, é necessária a ampliação das pesquisas científicas na bacia hidrográfica. A pesquisa científica é fundamental para a produção de novos conhecimentos e tecnologias, bem como para a formação de profissionais mais qualificados e capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

### **Gerenciamento de Águas Subterrâneas**

As águas subterrâneas são fundamentais para o abastecimento de água em diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, especialmente em áreas rurais e semiáridas.

São necessárias medidas para atender ao gerenciamento de águas subterrâneas no Rio Grande do Sul e para garantir a sustentabilidade do uso deste recurso. A sociedade espera contar com o apoio das autoridades



competentes para a implementação destas medidas e a promoção do uso sustentável das águas subterrâneas no estado.

### **Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos**

Prevista na Lei Gaúcha das Águas (Lei nº 10.350/94), a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um instrumento de gestão fundamental que tem por objetivo reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação do seu real valor, incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contempladas nos Planos de Recursos Hídricos aprovados pelos Comitês de Bacia.

As experiências apresentadas pelas Agências das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) e pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), já com recursos arrecadados e aplicados ao longo de cerca de 20 anos em centenas de ações de preservação recuperação, coleta e tratamento de esgotos, reuso e educação ambiental, dentre inúmeras outras, perfazendo um montante da ordem de mais de R\$ 1,5 bilhão, incluindo contrapartidas, demonstraram com clareza que a cobrança pelo uso da água eleva substantivamente o patamar da gestão das águas e apresenta resultados concretos.

A Bacia do Rio dos Sinos, com a criação de seu Comitê no ano de 1988, primeiro Comitê de Bacia instalado no Brasil, foi durante os primeiros anos da implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) uma referência para o país. É nítida, portanto, a ausência de evolução do Sistema Gaúcho de Gestão das Águas.

Estados como o Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba e recentemente o Estado de Minas Gerais universalizaram a cobrança pelo uso da água em seus territórios, e outros estados e seus respectivos Comitês de Bacia vêm trabalhando nessa direção.

Ademais, os impactos da cobrança pelo uso de recursos hídricos sobre os custos de produção dos usuários de água (abastecimento público, setor industrial e irrigação, dentre outros), que no início da implementação da cobrança, no ano de 2003 serviram de argumento para diversos setores



usuários para a não implementação da cobrança, demonstraram nitidamente serem insignificantes. Verificou-se no evento que os Comitês de Bacia de fato estão tendo autonomia para gerirem os recursos arrecadados sem interferência externas.

Hoje, inúmeros setores usuários pagadores e a sociedade vêm se beneficiando efetivamente dos recursos financeiros arrecadados e aplicados via cobrança pelo uso da água.

Também, verificou-se que os Estados que avançaram a cobrança, superaram gargalos, dentre eles a implementação de soluções criativas referentes a ausência temporária da figura agência de bacia, ainda não existente.

Assim, tendo como referência os fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação estabelecidos pela Política de Recursos Hídricos, entendemos a implementação da cobrança pelo uso da água, a partir de deliberações aprovadas pelos Comitês de Bacia do estado do Rio Grande do Sul sobre mecanismos e preços de cobrança, propiciará, sem qualquer sombra de dúvidas, avanços significativos na linha da garantia da segurança hídrica e da sustentabilidade ambiental das águas do nosso estado, beneficiando a sociedade gaúcha e fortalecendo sobremaneira o conjunto do Sistema Gaúcho de Gestão da Águas.

Finalmente, chegou o momento do estado do Rio Grande do Sul retomar o protagonismo nacional na gestão das águas, evitando ocupação de espaços por atores externos ao Sistema, a exemplo de decisões provenientes do setor legislativo/judiciário.

Dessa forma, propomos esta moção de apoio aos diversos temas debatidos, pois entendemos ser necessárias:

- Medidas concretas para fortalecer o manejo integrado das bacias hidrográficas, por meio de investimentos em pesquisa, infraestrutura e capacitação, visando a construção de uma cultura de uso sustentável e consciente dos recursos hídricos.
- Ações para abatimento de carga na bacia.



- Ampliação dos recursos destinados à pesquisa científica e criação de programas de incentivo à pesquisa científica para ampliação da participação de alunos de graduação e pós-graduação em projetos de pesquisa na bacia. Formação de uma rede de pesquisa em manejo de bacias hidrográficas e mudanças climáticas com o intuito de disseminar resultados de projetos, pesquisas, publicações desenvolvidas nas universidades e instituições de pesquisa. Levantar questões científicas a serem respondidas, ideias inovadoras, caminhos, rotas de soluções para mitigação dos impactos ambientais nas bacias em consonância com as demandas dos comitês de bacias hidrográficas; prospectar parcerias de projetos entre universidades, ICTs, setor produtivo e de serviços e participar de editais nacionais e internacionais em rede.
- Criação de um plano estadual de gestão de águas subterrâneas, fortalecimento do sistema de monitoramento e estabelecimento de um sistema de outorga de água subterrânea e fortalecimento dos mecanismos de gestão participativa.
- Discussão para deliberação no âmbito da plenária do Comitesinos, da cobrança do uso da água na bacia para aplicação da Lei 10.350 de 1994, com definição de valores, de acordo com o usuário do recurso hídrico.
- Necessidade de recursos para manutenção administrativa dos comitês de bacia.

Os recursos necessários para estas e outras ações relevantes à bacia estão previstos na Lei nº 10.350/94, que é o instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que deve ser implementado, visando a preservação desse recurso fundamental para a vida no nosso estado.

Diante do exposto, após a aprovação da Plenária do Comitesinos e apresentação no I Simpósio de Manejo de Bacias Hidrográficas e Mudanças Climáticas, requer-se que seja encaminhada a presente moção aos órgãos competentes municipais, estaduais e federais, pleiteando pelo aceite das propostas em prol das bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.



**I Simpósio** de Manejo  
de Bacias Hidrográficas  
e Mudanças Climáticas

Realização:



Apoio institucional:



Apoio:



COMPANHIA RIOGRANDENSE  
DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS  
solvi



**SICTC**  
Sindicato da Indústria  
de Calçados de  
Três Coroas